

14 JUN 79

Economia - Brasil

Estabilidade e confiança

Estamos próximos de criar uma nova moeda, forte e estável, como consequência de um plano de estabilização econômica caracterizado pela sua abrangência e mesmo pelo seu caráter democrático, porque envolve o Congresso e toda a sociedade na sua formulação e sua implementação gradual e cuidadosa.

A inflação, utilizada no passado por sucessivos governos brasileiros como instrumento de desenvolvimento, escapou há muito do controle e passou a ser o principal fator de estrangulamento da nossa economia, afetando de forma muito adversa os investimentos produtivos e, conseqüentemente, a geração de empregos. Ao mesmo tempo, a inflação alimenta a especulação financeira, que gera ganhos improdutivos e concentra de forma intolerável a renda, desmoralizando os valores tradicionais do trabalho, da poupança, do planejamento para o futuro e de solidariedade social.

Temos hoje uma consciência

clara de que a inflação crônica é o maior obstáculo para que o País volte a crescer de forma sustentada e para que se possam corrigir as imensas distorções sociais de que nós padecemos. Temos também plena consciência de que a inflação afeta de forma mais grave e desumana

**É assim
que o Brasil
vai se
consolidar
como uma
grande nação**

precisamente os mais pobres, os assalariados, os que não têm como se proteger da corrida dos preços e da corrosão dos salários. O resultado de anos de inflação crônica se manifesta na baixa eficiência do Estado, na incapacidade de fornecer os serviços básicos, de investir em infraestrutura, de contribuir para melhorar os indicadores sociais do País, especialmente nas áreas da educação, da saúde, do saneamento e da habitação.

Governos passados tentaram tratamentos de choque, com medidas que surpreenderam a população e até mesmo com o confisco temporário de poupança. Esses tratamentos de choque geraram a impressão passageira de

controlar a inflação, mas acabaram por acelerá-la ainda mais, provocando novas distorções e muita desconfiança. Nesses planos, vários elementos fundamentais para a estabilidade, como o equilíbrio orçamentário e o acerto das contas externas do País, foram deixados de lado e, por isso mesmo, frustraram os resultados ilusórios obtidos.

Agora estamos tentando uma fórmula nova, gradual, sem sustos, sem surpresas. Primeiro, criamos condições para obter um equilíbrio fiscal. Em seguida, implantamos uma fórmula para desindexar a economia, restabelecendo, ao mesmo tempo, a relatividade dos preços — criamos um indexador único, que vem sendo aplicado a todos os preços —, tarifas, insumos, bens e serviços fiscais. Só então, em 1º de julho, emitiremos uma nova moeda, o real, que substitui o cruzeiro real e vem cercado de regras mais rigorosas em matéria de política monetária, cambial e de lastreamento.

O gradualismo do plano nos permite ir aferindo a sua evolução, fazendo as correções necessárias, adaptando a população e

os agentes econômicos à perspectiva de uma economia com índices baixos de inflação, em que a produção é incentivada, o salário mantém o seu poder de compra e os preços são estáveis. Estamos próximos de dar o passo decisivo, com a criação da nova moeda. E, dessa forma, o atual governo poderá legar ao seu sucessor, quem quer que seja, um país com a economia estabilizada. Estaremos preparados também para passar por algumas reformas estruturais que garantam essa estabilidade a longo prazo e assegurem a retomada do crescimento econômico sustentável e socialmente eficiente.

É assim que o Brasil vai se consolidar como uma grande nação e como um importante interlocutor internacional. Está nas nossas mãos fazer dessa esperança uma realidade duradoura, a partir de 1º de julho.

■ Itamar Franco é presidente da República

■ O artigo do presidente foi distribuído ontem à noite à imprensa. Segundo o Palácio do Planalto, o objetivo principal é apresentar sua confiança no desenvolvimento do País com a criação do real.